



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2026

Ano Base 2025



Assinado com senha por LUIZ HENRIQUE POCHLY DA COSTA, MARINA CAVALINI BAILÃO, HIRAN WILLIAMS DE ALMEIDA, PEDRO LUIZ RODRIGUES GUIMARÃES e ALESSANDRA D'AVILA VIEIRA.
Documento Nº: 581440.3490242-3676 - consulta à autenticidade em
<https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=581440.3490242-3676>



SDACO202600007A

SIGA

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	2
2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	3
2.1. ENTREGAS DE VALOR PÚBLICO.....	3
2.2. DECLARAÇÃO DE RECURSOS	7
2.3. INICIATIVAS ASG E ADESÃO AOS ODS	8
2.4. PACTO PELA DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO.....	13
2.5. APRIMORAMENTO CONTÍNUO	14
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	14
3.1. INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SOBRE A GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	14
3.2. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES E FATORES DE RISCO.....	15
3.3. COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	17
4. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	19



1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A (NAV Brasil) é uma empresa pública federal criada com base na autorização conferida pela Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, e instituída formalmente por meio de Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2021. Seu capital social é integralmente detido pela União, sendo a Companhia vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Nos termos de seu objeto social, compete à NAV Brasil implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de Serviços de Navegação Aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica. Considerando a concepção integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), a Companhia atua de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, configurando atividade de interesse estratégico para a defesa nacional.

A NAV Brasil exerce, portanto, atividade alinhada ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional, com foco na qualidade, eficiência e segurança dos Serviços de Navegação Aérea, essenciais à aviação civil e militar. Sua natureza pública, aliada à capacidade de geração de resultado e de investimento, é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços, a capilaridade operacional, o alinhamento às diretrizes do setor de defesa e transporte aéreo, a integração civil-militar e o elevado padrão técnico.

A atuação operacional ocorre por intermédio de 44 Dependências da NAV Brasil (DNB) distribuídas pelo País, e abrange Controle de Tráfego Aéreo, Meteorologia Aeronáutica, Informações Aeronáuticas e Telecomunicações Aeronáuticas¹. Essa presença contribui para a conectividade nacional e para o desenvolvimento das economias locais, especialmente em regiões com menor oferta de infraestrutura.

A prestação dos Serviços de Navegação Aérea exige elevado grau de especialização técnico-operacional, sendo viabilizada por um efetivo de 1.592 empregados, dos quais 1.366 estão alocados nas DNB e 226 na Administração Central.

Em 2025, foram atendidas mais de 1,6 milhão de aeronaves, correspondendo a 36% dos pousos e decolagens do país, o que evidencia a relevância operacional da empresa no sistema aeronáutico nacional.

No período, a Receita Líquida alcançou R\$ 889 milhões, o Lucro Líquido foi de R\$

¹ A página da NAV Brasil apresenta o detalhamento dos serviços oferecidos, podendo ser acessada em: <https://www.navbrasil.gov.br/atuacao/>.



151,6 milhões e o EBITDA totalizou R\$ 245,3 milhões, demonstrando desempenho econômico-financeiro consistente e geração de valor para a sociedade e para o acionista.

Paralelamente, a NAV Brasil ampliou sua atuação para o segmento aeroespacial, com a criação da ALADA – Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil S.A. A subsidiária tem por objeto social explorar economicamente a infraestrutura e a navegação aeroespaciais, as atividades relacionadas ao desenvolvimento de projetos e equipamentos aeroespaciais e realizar projetos e atividades de apoio ao controle aeroespacial e áreas correlatas. Como empresa recém-criada, a ALADA encontra-se em fase de estruturação operacional e de negócios, constituindo nova frente estratégica com potencial de ampliar a contribuição da NAV Brasil para o desenvolvimento tecnológico, a defesa nacional e a soberania do País.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. ENTREGAS DE VALOR PÚBLICO

Como integrante do SISCEAB, caracterizado pela integração civil e militar, a NAV Brasil contribui diretamente para implementação de políticas públicas voltadas à eficiência e à segurança da navegação aérea, em consonância com os interesses estratégicos da aviação civil e da defesa nacional, conforme sintetizado a seguir:






POLÍTICA PÚBLICA	RELAÇÃO COM A ATUAÇÃO DA NAV BRASIL
 POLÍTICA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (PNAC)	Aperfeiçoamento da navegação aérea, com foco na segurança, eficiência, continuidade, regularidade e pontualidade dos Serviços de Navegação Aérea prestados à sociedade.
 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (PND) E ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END)	Contribuição para garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial , fortalecendo a atuação das estatais do Ministério da Defesa, que desempenham papel crucial na Base Industrial de Defesa (BID) brasileira.
 ESTRATÉGIA FEDERAL DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL (EFD 2020–2031)	Alinhamento às políticas públicas prioritárias do País, especialmente ao desenvolvimento de capacidades nacionais de defesa , reforçando o disposto na PND.
 PROGRAMA BRASILEIRO PARA A SEGURANÇA OPERACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL (PSO-BR)	Promoção da melhoria contínua da segurança operacional na aviação civil nas áreas de competência do COMAER, alinhado com a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC).
 PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL CONTRA ATOS DE INTERFERÊNCIA ILÍCITA (PNAVSEC)	Aplicação de medidas de segurança destinadas a garantir a integridade de passageiros, tripulantes, pessoal de terra, público em geral, aeronaves e instalações de aeroportos brasileiros, protegendo as operações da aviação civil contra atos de interferência ilícita cometidos no solo ou em voo .

Figura 1 - Políticas públicas implementadas pela NAV Brasil.

A implementação dessas políticas se materializa na prestação dos Serviços de Navegação Aérea aos usuários do SISCEAB, por meio de uma estrutura operacional especializada, organizada nas seguintes frentes:



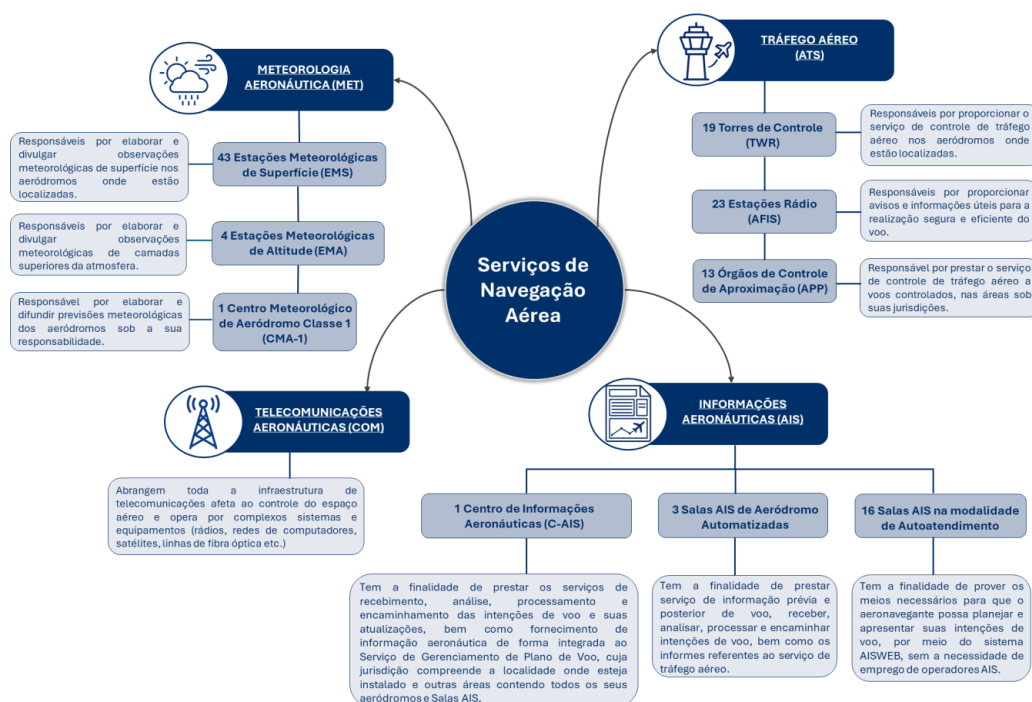


Figura 2 - Estrutura dos Serviços de Navegação Aérea.

Em 2025, a NAV Brasil atendeu a mais de 1,6 milhão de aeronaves, correspondentes a 36% dos pousos e decolagens realizadas no País, prestando Serviços de Navegação Aérea por meio de suas DNB, em 44 aeródromos. A atuação também abrangeu o trâmite de Informações Aeronáuticas em redundância ao serviço provido pelo Comando da Aeronáutica, incluindo a previsão meteorológica para 118 aeroportos brasileiros (81% do total), por meio do Centro Meteorológico de Aeródromo (CMA). Adicionalmente, a Companhia operou 22 equipamentos de auxílio à navegação em rota DME² que compõem as Estações da NAV Brasil (ENB).

A distribuição geográfica dessas estruturas, apresentada a seguir, evidencia a capilaridade da atuação da Companhia e sua contribuição para a integração do espaço aéreo nacional e para o desenvolvimento econômico de diferentes localidades.

² DME: do inglês *Distance Measuring Equipment* – equipamento radiotelemétrico que mede a distância entre um auxílio no solo e a aeronave.



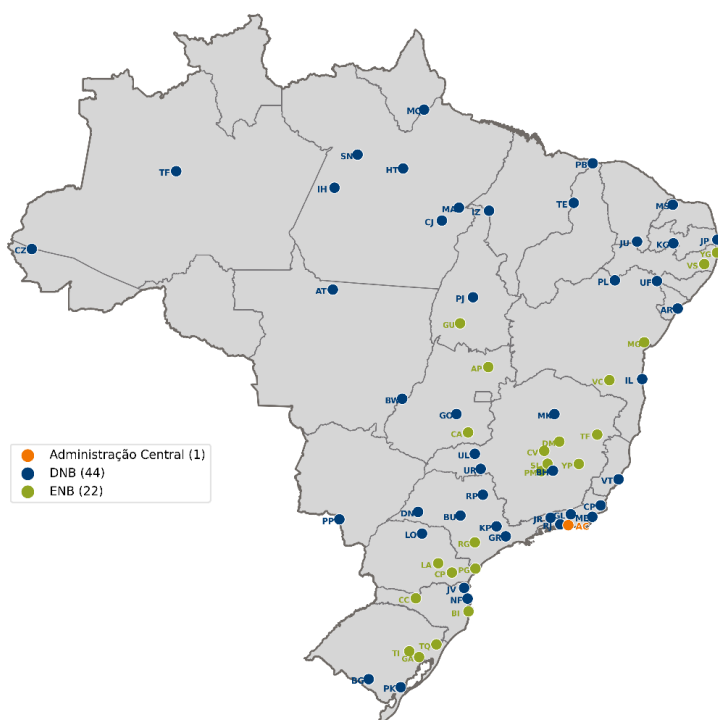


Figura 3 - Distribuição geográfica das DNB e ENB.

O desempenho operacional, em 2025, foi marcado por elevados índices de conformidade em relação à segurança operacional e à qualidade dos serviços de meteorologia aeronáutica.

A partir desses resultados e das diretrizes de seu planejamento estratégico, a NAV Brasil estruturou um conjunto de iniciativas que promovem a continuidade e o aprimoramento de suas entregas institucionais, dentre os quais, destacam-se:

- **Governança e Resiliência Tecnológica:** fortalecimento da segurança da informação e a continuidade dos serviços digitais, com medidas de proteção cibernética, modernização da conectividade e consolidação do modelo de hospedagem em nuvem privada com contingência e backup entre sítios. Em paralelo, segue a manutenção e evolução dos sistemas corporativos e operacionais, além da modernização da infraestrutura computacional para sustentar a operação;
- **Fortalecimento da Infraestrutura:** Contempla a reavaliação da infraestrutura civil dos órgãos operacionais, a adequação e segregação da infraestrutura elétrica nas DNB e a introdução de rotinas efetivas para manutenção dos sistemas prediais,



assegurando a conformidade com padrões de segurança e funcionalidade e elevando a confiabilidade das instalações críticas à prestação dos Serviços de Navegação Aérea;

- **Atualização de Sistemas Operacionais:** Inclui a substituição dos sistemas legados nas DNB, promovendo maior confiabilidade e eficiência na prestação de serviços, destacando-se a implantação da primeira Torre de Controle (TWR) digital, com tecnologia que permite a contratação de um sistema de vigilância visual;
- **Monitoramento Remoto de Sistemas e Equipamentos:** Com o objetivo de fortalecer a gestão operacional, a NAV Brasil implementará um sistema de monitoramento remoto, permitindo o acompanhamento em tempo real das condições operacionais dos sistemas, antecipando ações preventivas e garantindo maior eficiência; e
- **Aprimoramento dos processos relacionados ao Suprimento Técnico:** Aquisição de sobressalentes dos principais sistemas/equipamentos pertencentes à navegação aérea, com foco na redução de indisponibilidade de sistemas críticos, aumento da confiabilidade operacional, otimização de custos e maior segurança nos serviços prestados.

Essas iniciativas demonstram que a NAV Brasil não apenas mantém seu compromisso com as políticas públicas estabelecidas, mas também se dedica ao aprimoramento contínuo de suas operações.

Além disso, a Companhia exerce papel relevante na dinamização da cadeia produtiva associada à navegação aérea. A implementação dessas iniciativas estratégicas movimentou diversos setores especializados, incluindo fornecedores de equipamentos e soluções tecnológicas, prestadores de serviços técnicos, empresas da construção civil e instituições ligadas à inovação, contribuindo para o fortalecimento da base industrial brasileira voltada à aviação e à defesa, promovendo inovação, geração de empregos qualificados e desenvolvimento regional em áreas estratégicas.

2.1.1. Políticas Públicas da Subsidiária

Além de sua atuação no âmbito dos Serviços de Navegação Aérea, a NAV Brasil também contribuiu, por meio da ALADA, para as políticas públicas relacionadas ao setor espacial e à defesa nacional, destacadas a seguir:

- a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), promovendo a capacidade de utilizar os recursos e as técnicas espaciais na solução de



problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira;

- o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), colaborando com a Agência Espacial Brasileira para desenvolver tecnologias espaciais autônomas; e
- o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), contribuindo com implantação de longo prazo dos projetos de Sistemas Espaciais de defesa, cujos Produtos possuem uso dual (militar e civil), respeitadas as peculiaridades de cada sistema.

2.1.2. Contribuições Para Demais Políticas Públicas

Além das políticas públicas diretamente associadas à sua missão institucional e da atuação desempenhada por meio da ALADA, a NAV Brasil conduz iniciativas que contribuem para as seguintes agendas públicas: Programa de Governança e Modernização das Empresas Estatais – Inova; Programa Empresa Cidadã; Programa Emprega + Mulheres; Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual; Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e Programa Computadores para Inclusão.

2.2. DECLARAÇÃO DE RECURSOS

Com base no planejamento financeiro da NAV Brasil para o exercício de 2026, os recursos destinados à execução de atividades alinhadas às políticas públicas estão estruturados em duas categorias principais: Custeio e Investimentos. Esses recursos são essenciais para garantir a continuidade operacional e promover a evolução tecnológica dos Serviços de Navegação Aérea, assegurando elevados níveis de segurança, eficiência e qualidade.

2.2.1. Recursos de Custeio

Os recursos de custeio correspondem às despesas necessárias à manutenção das operações regulares da NAV Brasil. Para o exercício de 2026, está previsto um montante total de aproximadamente R\$ 586 milhões, distribuído conforme apresentado a seguir:

CUSTEIO		
Categoria	Valor (R\$ Mil)	%
Pessoal (Remuneração + Encargos Diretos e Indiretos)	R\$ 392.497	67,0%
Benefícios (Transporte, Alimentação e Formação Profissional)	R\$ 74.817	12,8%
Serviços de Terceiros	R\$ 105.753	18,1%
Serviços Públicos	R\$ 4.103	0,7%
Material de Consumo	R\$ 8.532	1,5%
TOTAL	R\$ 585.701	100%

Tabela 1 - Previsão de Custeio para 2026.



2.2.2. Recursos de Investimento

Os investimentos são direcionados ao aprimoramento da infraestrutura e à modernização sistêmica, garantindo que a NAV Brasil acompanhe a evolução do setor aeronáutico. Para 2026, o total planejado para investimentos é de aproximadamente R\$ 62 milhões, distribuído conforme apresentado a seguir:

INVESTIMENTOS		
Ação	Valor (R\$ Mil)	%
4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	R\$ 4.000	6,5%
4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Máquinas	R\$ 2.680	4,3%
4103 – Manutenção de Equipamentos de Informática e Teleprocessamento	R\$ 2.712	4,4%
21DY – Implantação e Manutenção dos Sistemas de Navegação Aérea	R\$ 47.478	76,8%
15YR – Modernização de Infraestrutura para Serviços de Navegação Aérea	R\$ 4.950	8,0%
TOTAL	R\$ 61.820	100%

Tabela 2 - Previsão de investimento para 2026.

É importante destacar que a NAV Brasil opera com receitas próprias, não possuindo contrato firmado com a União para pagamento por serviços prestados, o que reafirma a sua condição de Empresa Pública Não-Dependente.

Adicionalmente, cabe ressaltar, que a destinação de recursos da subsidiária ALADA será detalhada em sua respectiva Carta Anual, documento no qual serão apresentadas as diretrizes e alocações orçamentárias específicas daquela entidade.

2.2.3. Recursos Destinados à Subsidiária

A ALADA possui estrutura orçamentária própria, tendo a NAV Brasil realizado o investimento correspondente à integralização de seu capital social inicial, sem previsão de novos aportes.

Durante a fase inicial de estruturação, determinadas despesas de implantação vêm sendo suportadas operacionalmente pela NAV Brasil e registradas como valores a receber, observadas as práticas contábeis aplicáveis.

O detalhamento dos recursos vinculados à ALADA será apresentado em sua respectiva Carta Anual.

2.3. INICIATIVAS ASG E ADESAO AOS ODS

A NAV Brasil incorpora a sustentabilidade como diretriz estratégica, alinhando sua atuação às boas práticas ambientais, sociais e de governança (ASG) e à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme sintetizado na figura a seguir:





Figura 4 - Correlação entre as Dimensões ASG e os ODS atendidos pela NAV Brasil.



2.3.1. Contribuições da Missão Institucional

O objeto da NAV Brasil compreende a implementação, administração, operação e exploração de infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de Serviços de Navegação Aérea. Essa atuação relaciona-se, principalmente, à dimensão de governança, pela gestão de infraestrutura crítica, com requisitos de confiabilidade, continuidade, segurança operacional, regulação e coordenação institucional, como também à dimensão ambiental, especialmente pela modernização de sistemas e infraestruturas e pela eficiência no uso de recursos.

Nesse contexto, a missão institucional da Companhia apresenta maior aderência ao ODS 9 — construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, com contribuições organizadas nos seguintes eixos:



Infraestrutura, Conectividade e Bem-estar

- Oferta de infraestrutura confiável e resiliente, com elevados padrões de segurança operacional e capacidade de resposta a situações críticas.
- Cobertura nacional, inclusive em localidades remotas e estratégicas, contribuindo para a conectividade aérea, a integração regional e o equilíbrio do desenvolvimento territorial.
- Integração à infraestrutura aérea transfronteiriça, por meio da adoção de procedimentos internacionais e da cooperação com organismos multilaterais, como a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).
- Apoio ao desenvolvimento econômico, ao viabilizar a continuidade da logística aérea, essencial para o comércio, o turismo, a indústria, a saúde e a integração nacional e internacional de mercados.
- Promoção do bem-estar coletivo, ao viabilizar o transporte seguro de pessoas e insumos estratégicos, inclusive em emergências ou calamidade.
- Adoção de um modelo tarifário regulado e equitativo, que visa assegurar o acesso universal aos Serviços de Navegação Aérea.





Modernização, Eficiência e Inovação Sustentáveis

- Modernização contínua das instalações operacionais e dos sistemas de navegação aérea, com foco na otimização das operações e de forma alinhada ao equilíbrio socioambiental.
- Participação em projetos como o “AGILE” Guarulhos, Viracopos e Rio de Janeiro, bem como no empreendimento para “Melhorias nos Serviços de Navegação Aérea nas Bacias Petrolíferas – Áreas Oceânicas” (PFF-008), conduzidos pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), que promovem a modernização do sistema de navegação aérea, ampliam a eficiência operacional, elevam os níveis de segurança e contribuem para a mitigação dos impactos socioambientais, com a redução de emissões atmosféricas e do ruído em áreas urbanas próximas aos aeródromos.
- Utilização de novos sistemas de rádio VHF, com menor consumo de energia, menor dissipação térmica e livre de substâncias restritas (RoHS), contribuindo para a modernização da infraestrutura operacional com redução do impacto ambiental e maior eficiência no uso de recursos.
- Adoção de tecnologias que permitem monitoramento e manutenção remota, como o sistema VHF, as estações meteorológicas de superfície (EMS) e sistemas de gravação digital, ampliando a eficiência da infraestrutura e reduzindo demandas logísticas.
- Adoção de tecnologias construtivas modernas, com materiais e técnicas de maior eficiência e durabilidade, como telhas termoacústicas, que reduzem a demanda térmica dos ambientes, e pisos cerâmicos de maior vida útil, contribuindo para a sustentabilidade das edificações e a otimização do uso de recursos.
- Participação no projeto PFF019 – Mobilidade Aérea Avançada, com o objetivo de prover estruturas e normas para a integração de aeronaves não tripuladas ao espaço aéreo brasileiro, em conformidade com os requisitos de Segurança Operacional aplicados ao ATM. Por meio do desenvolvimento do Gerenciamento do Tráfego para Sistemas de Aeronaves Não Tripuladas – UTM, a iniciativa também apresenta potencial de contribuição à sustentabilidade, ao reduzir a dependência de navios de transporte no apoio às operações offshore e, conseqüentemente, a emissão de gases poluentes.
- Instalação de sistema fotovoltaico de geração de energia na DNB Ribeirão Preto/SP (DNRP), contribuindo para maior estabilidade energética, redução de danos por picos de energia, aumento da disponibilidade de equipamentos críticos e reforço da confiabilidade dos serviços de navegação aérea, além de reduzir o consumo da rede local por meio de fonte renovável.

2.3.2. Práticas Institucionais Complementares

A seguir, serão apresentadas as iniciativas que, de forma complementar à atividade finalística da Companhia, evidenciam seu compromisso com as dimensões ASG.





Ambiental

ODS relacionados: 11, 12 e 13



Diretrizes Estratégicas

Sustentabilidade como valor institucional, compromisso ético e critério para contratação.



Infraestrutura Tecnológica e Eficiência Energética

Adoção de tecnologias de menor consumo energético, como mini desktops, datacenter, rede SD-WAN e telefonia em nuvem.



Processos em Ambiente Digital

Uso de gestão eletrônica de documentos, soluções BIM e ferramentas colaborativas em nuvem, com redução do papel e racionalização de recursos.



Conscientização e Engajamento

Promoção de ações de conscientização ambiental e incentivo a práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.



Relações Contratuais

Incorporação de requisitos de sustentabilidade, eficiência energética, uso racional de recursos e destinação adequada de resíduos em contratações como obras e reformas, Estações Meteorológicas de Superfície (EMS), gás hélio, ar-condicionado, mobiliário, Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e serviços de conservação e limpeza.



Destinação Adequada

Participação no Programa Computadores para Inclusão, com destinação de equipamentos eletroeletrônicos em desuso para acondicionamento e descarte ambientalmente adequado.



Social

ODS relacionados: 4, 5 e 10



Diretrizes Estratégicas

Políticas voltadas à qualidade de vida no trabalho e à prevenção e ao enfrentamento do assédio e da discriminação.



Equidade de Gênero

Licença-maternidade estendida e licença remunerada em caso de violência doméstica.



Diversidade na Liderança

35% de mulheres em posições de liderança, evidenciando avanços em equidade de gênero.



Apoio à PcD e Dependentes

Redução de jornada de trabalho e auxílio-creche sem limite de idade.



Conscientização e Engajamento

Promoção de ações de conscientização e sensibilização sobre diversidade, equidade e inclusão.



Seleção de Pessoal

Reserva de vagas para PcD, pessoas pretas e pardas em concursos públicos e processos seletivos.



Acessibilidade Digital

Portal institucional com nota 8.1 no Access Monitor, evidenciando aderência às diretrizes WCAG para acessibilidade de conteúdos web.



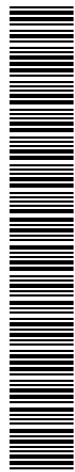
Inclusão Digital e Capacitação

Participação no Programa Computadores para Inclusão, contribuindo para inclusão digital e capacitação em tecnologia da informação, com foco em jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.



Proteção e Acolhimento

Adoção de medidas de proteção ao denunciante, à vítima e à testemunha, além de atendimento de acolhimento.





Governança

ODS relacionados: 5 e 16



Diretrizes Estratégicas

Arcabouço normativo consistente, incluindo políticas institucionais como integridade e anticorrupção, tomada de decisões e alçadas, transações com partes relacionadas, indicações e sucessões, além do Código de Ética, Conduta e Integridade (CECI).



Estrutura de Governança

Modelo aderente às melhores práticas e baseado nas Três Linhas de Defesa.



Diversidade na Alta Liderança

Priorização de diversidade de perfis, incluindo gênero, idade e raça, na composição de órgãos estatutários e áreas de governança, alcançando 30% de mulheres no Conselho de Administração.



Sistema de Integridade

Comitê de Integridade, normas e procedimentos, Programa de Integridade, gestão de riscos, treinamento periódico e campanhas.



Gestão e Responsabilização

Capacitação periódica, avaliação de desempenho e RVA da alta liderança.



Rastreabilidade e Prestação de Contas

Fluxo deliberativo digital e auditorias com pareceres favoráveis.



Desempenho

- 100% Transparência ativa CGU
- 100% IC-SEST
- 89,43% IG-SEST
- posição de destaque no PNPC/TCU

2.4. PACTO PELA DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

No âmbito da adesão ao Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais Federais, a NAV Brasil estruturou sua atuação a partir do Plano de Trabalho do ciclo 2024 - 2025, composto por 13 ações distribuídas em seis eixos temáticos, com participação ativa em grupos de trabalho interinstitucionais coordenados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

Ao longo do período, verificou-se a aderência direta a ações relevantes previstas no Plano de Trabalho, especialmente quanto à ação 5, relativa à criação e/ou divulgação dos canais existentes para o registro de denúncias sobre qualquer tipo de discriminação ou assédio; à ação 7, referente à criação de grupos de estudos específicos; à ação 8, voltada à divulgação, nos instrumentos de governança, das medidas adotadas em cumprimento dos compromissos assumidos no Pacto ou das justificativas para seu eventual não cumprimento; e à ação 13, relacionada à realização de evento para compartilhamento de experiências e reconhecimento de boas práticas das empresas do Pacto.

Paralelamente, foram desenvolvidas iniciativas próprias convergentes com os objetivos do Pacto, incluindo a aprovação de normativos e planos específicos de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação, a implementação de medidas de proteção a denunciante, vítimas e testemunhas, a criação de grupo de acolhimento, a realização de capacitações e campanhas de sensibilização, bem como a estruturação de projeto voltado



à diversidade e à inclusão.

No que se refere às demais ações do Plano de Trabalho, as ações 1 e 2, relativas ao diagnóstico do perfil de diversidade e à elaboração de Política de Diversidade, Equidade e Inclusão —, estas permanecem em execução, com previsão de conclusão em 2026. Já as ações 3, 4, 6, 9, 10, 11 e 12, voltadas ao desenvolvimento de conteúdos, capacitações, normativo, repositório, disseminação, metas e instrumentos de avaliação de maturidade, foram tecnicamente estruturadas nos grupos de trabalho do Pacto e aguardam validação centralizada pela SEST para posterior implementação uniforme pelas empresas participantes. Em síntese, do total de 13 ações previstas, 4 já apresentam aderência, 2 permanecem em andamento e 7 dependem de validação centralizada da citada Secretaria.

Esse conjunto de iniciativas evidencia uma atuação progressiva e coordenada da NAV Brasil na implementação das medidas previstas, ao passo que sua permanência no Grupo Executivo do Pacto contribui para a continuidade e o amadurecimento da agenda no biênio 2026–2027.

2.5. APRIMORAMENTO CONTÍNUO

O conjunto de iniciativas apresentado reflete um processo contínuo de aprimoramento institucional, voltado ao fortalecimento das práticas de sustentabilidade, governança e responsabilidade social, em consonância com o papel público desempenhado pela NAV Brasil.

Com menos de cinco anos de constituição, a Companhia encontra-se em ciclo de consolidação institucional, o que torna esse percurso gradual e compatível com a sua maturidade organizacional e com as especificidades do setor de navegação aérea.

Nesse contexto, a NAV Brasil reafirma seu compromisso com a geração de valor público e com a evolução permanente de suas práticas.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1. INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SOBRE A GOVERNANÇA CORPORATIVA

O controle acionário da NAV Brasil pertence integralmente à União, titular de 100% das ações ordinárias, sem valor nominal. A partir dessa configuração societária, a Companhia adota um modelo de governança robusto, alinhado à Lei das Estatais, às resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), ao Estatuto Social e às suas políticas internas. Esse modelo é composto por órgãos estatutários, unidades de apoio à governança



e à gestão, conforme representação gráfica a seguir:

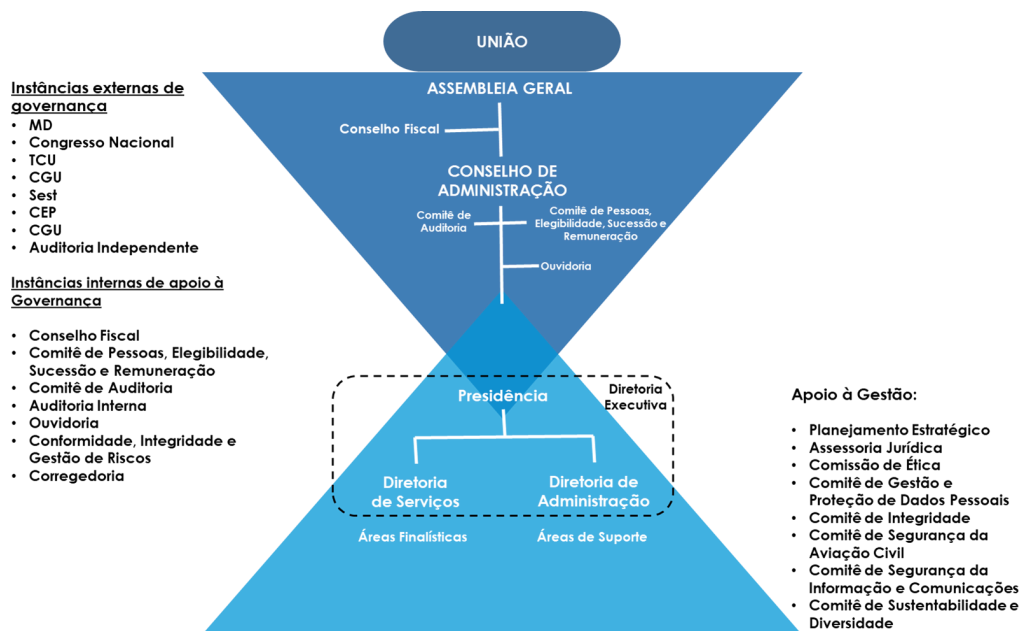


Figura 5 - Estrutura de governança da NAV Brasil.

O detalhamento das competências das instâncias que compõem essa estrutura pode ser consultado na página da NAV Brasil, disponível em: <https://www.navbrasil.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/competencias/>.

Em relação à participação societária da NAV Brasil em outras empresas, destaca-se que, em 2025, foi constituída a ALADA, como subsidiária integral, voltada ao fortalecimento da atuação do Brasil no setor aeroespacial.

3.2. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES E FATORES DE RISCO

3.2.1. Dados Econômico-Financeiros e Comentário dos Administradores

No exercício de 2025, a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. completou seu quarto ano de operação, mantendo a trajetória de resultados positivos, com geração de lucro e de caixa operacional. Esse desempenho confirma as premissas estabelecidas desde a constituição da empresa, voltadas à continuidade e à perenidade das operações da empresa, alicerçadas em critérios de eficiência operacional, disciplina financeira e sustentabilidade econômico-financeira.

A atualização da Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 12-35 - Sistemática de Remuneração dos Serviços de Navegação Aérea Prestados pela NAV Brasil, ocorrida



no período, associada ao cenário de crescimento consistente da aviação comercial no Brasil, resultou, a partir do terceiro trimestre de 2025, em uma evolução positiva da arrecadação, impactando diretamente o desempenho das receitas da Companhia. Esse contexto reflete a retomada e a ampliação das operações do setor aéreo, bem como o aumento da demanda pelos Serviços de Navegação Aérea sob responsabilidade da NAV Brasil.

Diante desse cenário favorável, a Companhia encerrou o exercício de 2025 com lucro líquido de R\$ 151,6 milhões, resultado que evidencia os esforços contínuos da Administração na racionalização da estrutura de custos, na eficiência da alocação de recursos e no alinhamento entre despesas operacionais e a dinâmica de arrecadação das receitas. O desempenho financeiro alcançado reforça a solidez do modelo de negócio adotado e a capacidade da empresa de manter o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações.

Os demonstrativos contábeis completos e demais informações econômico-financeiras referentes ao exercício de 2025 estão disponíveis para consulta pública no sítio eletrônico da NAV Brasil, na área de Prestação de Contas, no endereço: <https://www.navbrasil.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/prestacao-de-contas/>.

3.2.2. Fatores de Risco

A NAV Brasil adota uma abordagem estruturada para identificação, avaliação e monitoramento dos riscos capazes de afetar o alcance de seus objetivos estratégicos, a continuidade de suas atividades, a realização dos investimentos planejados e a sustentabilidade de seus resultados, com base em análise atualizada no contexto do planejamento estratégico.

Nesse processo, são examinados, para cada risco relevante, os fatores de risco associados, os impactos potenciais, as respostas em curso, o nível de risco, os planos de ação e os mecanismos de monitoramento. Além disso, a análise contempla fatores internos e externos que perpassam a relação da Companhia com suas principais partes interessadas — como acionista, regulador e supervisor setorial, clientes, sociedade, usuários, fornecedores críticos, empregados e instâncias de controle e judiciais.

Na Análise de Riscos Estratégicos 2026, destacam-se o desequilíbrio entre receitas e custos/despesas operacionais, a obsolescência de sistemas de navegação aérea, a degradação de instalações operacionais, a interferência cibernética, os incidentes de segurança da informação, o acidente aeronáutico, a interrupção de fornecimento crítico, a



não conformidade às normas de segurança operacional e AVSEC, bem como a instabilidade da força de trabalho e a inconsistência na formação, atração e retenção de talentos.

Nesse contexto, o Planejamento Estratégico 2026–2030 contempla iniciativas que reforcem a capacidade da NAV Brasil de enfrentar os riscos identificados e de ampliar sua resiliência, conforme sintetizado na figura a seguir:



Figura 6 - Consolidação de objetivos, ações e iniciativas estratégicas voltadas ao enfrentamento dos riscos.

O Planejamento Estratégico 2026 - 2030 pode ser consultado na página da NAV Brasil em: <https://www.navbrasil.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/>. Nesse documento, a agenda socioambiental é abordada não como risco, mas como oportunidade de desenvolvimento institucional e geração de impacto positivo, com iniciativas específicas voltadas à sustentabilidade socioambiental.

3.3. COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da NAV Brasil é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, nos termos da legislação aplicável.



Sua remuneração é fixada anualmente em Assembleia Geral, mediante manifestação da SEST, adotando-se um sistema remuneratório misto (fixo e variável) para os Diretores Executivos e fixo para os demais membros da administração.

Nesse contexto, apresenta-se, a seguir, o detalhamento da remuneração referente ao período de abril de 2025 a março de 2026, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2025.

RUBRICA	QTDE	VALOR MENSAL	PARCELAS NO ANO	CUSTO ANUAL
PRESIDENTE				
Honorário Fixo	1	R\$ 33.915	12	R\$ 406.983
Gratificação Natalina	1	R\$ 33.915	1	R\$ 33.915
Gratificação de Férias	1	R\$ 11.305	1	R\$ 11.305
Auxílio Alimentação	1	R\$ 1.295	12	R\$ 15.536
Plano de Saúde	1	R\$ 657	12	R\$ 7.884
Seguro de Vida	1	R\$ 174	12	R\$ 2.092
Quarentena	1	R\$ 33.915	6	R\$ 203.491
RVA - parcela à vista Ano base 2024	1	R\$ 50.873	1	R\$ 50.873
DIRETOR				
Honorário Fixo	2	R\$ 30.113	12	R\$ 722.700
Gratificação Natalina	2	R\$ 30.113	1	R\$ 60.225
Gratificação de Férias	2	R\$ 10.038	1	R\$ 20.075
Auxílio Alimentação	2	R\$ 1.295	12	R\$ 31.072
Plano de Saúde	2	R\$ 657	12	R\$ 15.769
Seguro de Vida	2	R\$ 174	12	R\$ 4.184
Quarentena	2	R\$ 30.113	6	R\$ 361.350
RVA - parcela à vista Ano base 2024	2	R\$ 45.169	1	R\$ 90.338
TOTAL DA DIRETORIA				R\$ 2.037.791
MEMBRO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Honorário CA	8	R\$ 3.400	12	R\$ 326.352
TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				R\$ 326.352

Tabela 3 - Remuneração dos administradores de abril/2025 a março/2026.

3.3.1. Programa de Remuneração Variável e Metas de Políticas Públicas

O Programa de Remuneração Variável Anual (PRVA) de 2025 foi aprovado pela SEST, e seu pagamento autorizado pela Assembleia Geral Ordinária de 2026.

O Programa foi pautado em sete indicadores de desempenho, distribuídos entre as dimensões de Políticas Públicas, Econômico-Financeira e Governança. A dimensão de Políticas Públicas concentrou 50% do peso total do programa, evidenciando sua relevância estratégica para o direcionamento das ações institucionais.

No exercício, os indicadores dessa dimensão apresentaram desempenho consistente em relação às metas estabelecidas, conforme demonstrado a seguir:



Indicador	Meta	Resultado
Indicador de Segurança Operacional	98,50%	97,84%
Índice de Gestão da Qualidade Multisite DECEA	98,60%	99,56%

Tabela 4 - Indicadores RVA – Dimensão Políticas Públicas.

De forma geral, os resultados alcançados demonstram o compromisso da NAV Brasil com a manutenção de elevados padrões de segurança operacional e qualidade na prestação de seus serviços, em alinhamento com seus objetivos estratégicos e com as diretrizes de políticas públicas que orientam sua atuação.

Em relação ao Indicador de Segurança Operacional, embora o resultado apurado tenha ficado abaixo da meta interna estabelecida, o desempenho permaneceu superior ao patamar de referência definido pela Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo (ASOCEA), de 97,80%, evidenciando aderência aos requisitos regulatórios aplicáveis.

4. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da NAV Brasil declara que aprovou, nesta data, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício de 2025, em conformidade com o inciso I do art. 8º da Lei nº 13.303/2016.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2026.

Hiran Williams de Almeida
Presidente

Marina Cavalini Bailão
Conselheira

Alessandra D'Ávila Vieira
Conselheira

Pedro Luiz Rodrigues Guimarães
Conselheiro

Luiz Henrique Pochyly da Costa
Conselheiro

